

Saraiva acusa TRE de fazer censura prévia

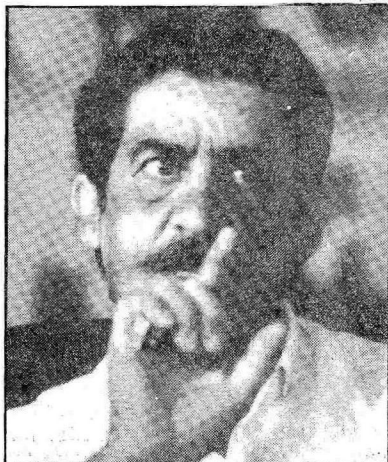
Malu Pires

Dida Sampaio

O candidato a governador do PT, Carlos Saraiva, acusou ontem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de nas suas sentenças contra o partido impedir o direito de crítica ao governo, dar interpretações diferentes sobre matérias semelhantes e realizar censura prévia do programa da agremiação no horário eleitoral gratuito. "As decisões do tribunal têm sido injustas e equivocadas e nem mesmo as argumentações do Ministério Público, alertando para este fato, são levadas em consideração pelos seus membros", disse.

Segundo o candidato, um dos "equivocos" que teriam sido cometidos pelo TRE seria sua recente decisão de conceder dois minutos de resposta ao presidente Fernando Collor no programa do PT, no horário eleitoral. "A lei afirma que o tempo da resposta tem de ser igual ao da crítica feita. No caso, usamos 15 segundos do nosso tempo no horário eleitoral gratuito, questionando os métodos da campanha pelo qual Collor foi eleito e afirmamos serem os mesmos usados por Joaquim Roriz. O Presidente considerou-se ofendido e o tribunal lhe concedeu um espaço superior ao legal", afirmou.

De acordo com Saraiva, argumentação do TRE de que as críticas do PT são "reincidentes" e "não transmitem suas idéias do programa de governo", não têm fundamento. Quando apresentamos a denúncia do salário da primeira dama na LBA, divulgamos nossa proposta de política salarial. No episódio em que falamos das empresas imobiliárias especuladoras explicamos que nossa idéia é acabar com isto, retornando a Terracap à sua função original", frisou.



Saraiva: "Crítica é proibida"

Causa "estranheza", ainda, ao candidato petista, o fato de que no processo contra o candidato do PRN, Paulo Octávio (deputado federal), a setença do TRE para rejeitar o pedido de impugnação da candidatura por abuso do poder econômico "foi de que sua empresa não representa sua pessoa". "Agora, entretanto, lhe concedeu direito de resposta alegando o contrário — mostrar a imagem da empresa Paulo Octávio como uma grande construtora de Brasília atingia a candidatura do representante do PRN", assinalou.

Além disto, ressaltou, o tribunal deliberou suspender por um dia o programa do PT no horário eleitoral, pela reincidência das críticas ao governo Collor, "o que significa a instalação de censura prévia — uma atitude ilegal". "É um direito da oposição criticar o governo e mostrar a maneira que atua e seus representantes. O TRE, usando de onipotência, antecipou o que aconteceria em outros programas e decidiu pela suspensão. Mesmo assim, não modificaremos em nada nossa estratégia nos programas de rádio e TV", garantiu.